

RELATÓRIO E CONTAS 2024..



FUNDAÇÃO
**PEDRO
QUEIROZ
PEREIRA**



Fundação
Semapa – Pedro Queiroz Pereira

Relatório e Contas

2024

Relatório e Contas 2024

- Parte 1 Relatório de Gestão e Atividade
- Parte 2 Demonstrações Financeiras
- Parte 3 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único





PARTE 1

RELATÓRIO DE GESTÃO






Enquadramento

Em 2024, a economia mundial enfrentou várias tensões macroeconómicas significativas. A desaceleração do crescimento global foi evidente, com as principais economias avançadas, como os EUA e a Zona Euro, a manter políticas monetárias restritivas para combater a inflação persistente.

O prolongamento da guerra na Ucrânia, o conflito no Médio Oriente (especialmente em Gaza) e a instabilidade geopolítica global têm gerado incerteza económica com grande impacto também na estabilidade social das populações.

Portugal encontra-se num momento particularmente exigente do ponto de vista macroeconómico e social. Embora se registem sinais de recuperação económica – como o crescimento acima da média da zona euro e a consolidação orçamental – o bem-estar da população portuguesa continua fortemente pressionado por um conjunto de fatores internos e externos.

Simultaneamente, assiste-se a uma deterioração progressiva dos sistemas de apoio social, que se mostram insuficientes para responder eficazmente às novas exigências sociais. O risco de pobreza, mesmo após transferências sociais, permanece elevado e as desigualdades sociais tendem a acentuar-se.

No campo da educação, o país enfrenta uma crise silenciosa: a escassez de professores, a estagnação no desempenho escolar dos alunos e o facto de Portugal continuar com níveis de escolaridade baixos face aos seus parceiros europeus limitam o potencial de mobilidade social e de crescimento sustentado.

Neste contexto, torna-se evidente a necessidade urgente de criar respostas que possam produzir a transformação sistémica que o país precisa para garantir o desenvolvimento sustentado da sua população no longo prazo.

A Fundação

A Fundação Semapa – Pedro Queiroz Pereira (doravante designada “Fundação”) é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, foi constituída por escritura pública celebrada no dia 29 de maio de 2024, com uma dotação inicial de Euros 10.000.000 integralmente realizados pela sua instituidora única, a Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., tendo obtido o Reconhecimento da Secretaria de Estado da Presidência do Conselho de Ministros em 28 de Novembro de 2024. Este Reconhecimento veio conferir-lhe personalidade jurídica e bem assim permitir a prossecução da sua atividade e concretização dos seus Fins e Missão.

Síntese da atividade

Como resposta aos desafios sociais que a sociedade portuguesa enfrenta, a criação da Fundação foi cuidadosamente pensada para ser um agente transformador e de mudança e para intervir especialmente nas áreas que acredita serem mais estruturantes, a Educação e a Proteção Social.

Este processo foi uma construção colaborativa, um diálogo contínuo com aqueles que melhor conhecem o Grupo Semapa, que conheciam o seu fundador, Pedro Queiroz Pereira, e que bem conhecem também os desafios atuais que a sociedade portuguesa enfrenta.

Desde o seu início, a Fundação comprometeu-se a ouvir, a aprender e a agir com propósito. Para isso, na identificação dos seus pilares de atuação foi essencial promover um processo de auscultação abrangente junto de diversos *stakeholders*: lideranças e colaboradores das diversas empresas do Grupo Semapa, acionistas, pessoas ligadas a diversas organizações sociais portuguesas e estrangeiras, entre outros.

Acreditámos que só através desta escuta ativa e genuína poderíamos identificar as reais necessidades e definir áreas de foco que tivessem um impacto positivo e duradouro. Este processo permitiu igualmente identificar a Educação e a Proteção Social como áreas prioritárias de atuação uma vez que são duas áreas estruturantes e determinantes na construção de uma sociedade mais forte, mais coesa e mais sustentável.

No eixo da Educação, foram realizadas várias sessões de consulta, com o objetivo de recolher perspetivas distintas sobre os desafios que marcam o sistema de ensino português, com especial enfoque no básico e secundário. Da mesma forma, analisaram-se estudos e relatórios sobre o estado da Educação no país, cruzando dados com testemunhos diretos de quem vive diariamente esta realidade.

Percebemos as dificuldades enfrentadas pelos professores, a falta de recursos adequados, a necessidade de programas de capacitação inovadores e adaptados às exigências atuais. Percebemos também a importância de desenvolver competências transversais como o espírito crítico, a criatividade e a capacidade de colaboração em crianças e jovens, preparando-os não só para o mercado de trabalho, mas sobretudo para que possam desenvolver-se de forma equilibrada e sustentável e tornarem-se cidadãos ativos numa sociedade em constante evolução.

Com base nestas contribuições, a Fundação definiu uma abordagem inicial para este eixo da Educação ancorada na dignificação da carreira docente, na capacitação e formação contínua de professores e na criação de programas que fomentem o desenvolvimento integral das crianças e jovens. Este posicionamento reflete um compromisso profundo com a qualidade da Educação e o bem-estar das comunidades, garantindo que cada ação seja relevante, sustentável e, acima de tudo, transformadora.

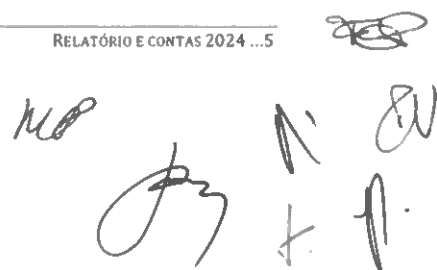
Com o objetivo de aprofundar toda a análise e diagnóstico realizados no processo de criação, a Fundação está a desenvolver um Estudo sobre a Carreira docente em Portugal, em parceria com a universidade Nova SBE e Universidade do Minho, o qual terá por base a realização de um questionário a professores do ensino básico e secundário e um segundo dirigido a diretores de escola. Prevê-se que este Estudo esteja concluído até ao início do terceiro trimestre de 2025 e que venha a proporcionar uma visão atual sobre o que pensam os docentes sobre a sua profissão, quais os seus maiores desafios, principais necessidades e perspetivas futuras.

Este Estudo proporcionará igualmente à Fundação orientações sobre áreas de intervenção prioritárias, informação que lhe será de extrema utilidade para o desenho do seu plano estratégico de médio prazo e para a concretização de projetos e atividades que maximizem o seu impacto junto desta comunidade tão relevante na promoção de um ensino de qualidade e na redução das desigualdades educativas no nosso país.

No eixo da proteção Social, atenta a matriz empresarial da Instituidora, e enquanto instrumento da política de responsabilidade social do Grupo Semapa, a Fundação procurará, igualmente, contribuir para o desenvolvimento social das comunidades nacionais e internacionais onde o Grupo Semapa está presente, dando corpo e reforçando o seu propósito “Making it Better”.

O investimento social a realizar privilegiará o apoio a grupos sociais mais vulneráveis e mais desfavorecidos, nomeadamente crianças e jovens em risco de exclusão social bem como pessoas com incapacidade física ou cognitiva, apoiando iniciativas e projetos com forte impacto social.

A Fundação procurará contribuir para o desenvolvimento da economia social de forma sistémica e transformacional alinhada com uma visão do seu robustecimento no longo prazo. Trabalhará em conjunto com diferentes entidades, através do trabalho em rede e mediante a concretização de parcerias com outras instituições, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, numa lógica de complementaridade que permita aumentar o alcance e o impacto da sua intervenção.

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large signature on the left and several smaller initials on the right.

Perspetivas futuras

Tendo como pilares estratégicos a Educação e a Proteção Social, a fundação posiciona-se como catalisadora de mudança estrutural em Portugal. As suas perspetivas futuras assentam numa abordagem integrada e de longo prazo, orientada por dois grandes objetivos: inovação social e impacto social duradouro.

No eixo da Educação, a Fundação procurará desenvolver programas de capacitação de professores e atratividade para a carreira docente, apoiar modelos pedagógicos inovadores centrados no aluno, com foco em competências do século XXI e reduzir desigualdades educativas, promovendo o acesso equitativo a recursos e oportunidades de aprendizagem de qualidade.

No eixo da Proteção Social, a Fundação pretende orientar e desenvolver a sua atividade no âmbito de duas dimensões específicas: desenvolvimento infantil e juvenil com especial enfoque na promoção da saúde física e mental e preparação para a vida autónoma de pessoas com incapacidades físicas ou cognitivas.

Um marco essencial para a definição da estratégia de médio prazo da Fundação será o Estudo sobre a Carreira Docente atualmente em desenvolvimento. Este estudo, que ambiciona compreender em profundidade os fatores que afetam a atratividade, retenção e desenvolvimento dos profissionais do ensino em Portugal, vai permitir clarificar quais os principais desafios e motivações da profissão docente, identificar recomendações práticas para a valorização e sustentabilidade da carreira e aceder a dados que permitam desenhar políticas mais eficazes de atração, formação e progressão na carreira.

Com base nestes resultados, a Fundação procurará alinhar as suas intervenções com as necessidades reais do sistema educativo, definir parcerias estratégicas e impulsionar projetos com elevado potencial de replicação e escala. O representará assim uma base sólida para a tomada de decisões informadas e para o desenho de um planeamento estratégico mais robusto e orientado por evidência.

Eventos subsequentes à data do balanço

Entre 1 de janeiro de 2025 e 3 de abril de 2025 não ocorreram eventos passíveis de originar ajustamentos às demonstrações financeiras de 2024.

Proposta de aplicação de resultados

Propõe-se que o Resultado Líquido do exercício, apurado segundo o normativo SNC-ESNL, no montante de 92 276,89 euros (noventa e dois mil, duzentos e setenta e seis euros e oitenta e nove cêntimos), tenha a seguinte aplicação

Resultados transitados

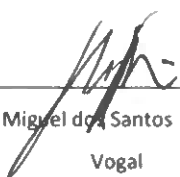
92 276,89 euros

Lisboa, 3 de abril de 2025

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Jose Antonio do Prado Fay
Presidente



Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires
Vogal



Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira
Vogal



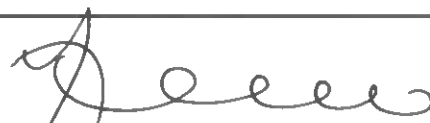
Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira
Vogal



Lua Monica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira
Vogal



Maria Isabel da Silva Marques Abranches Viegas
Vogal



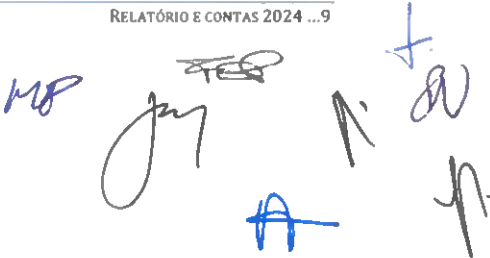
Margarida Isabel Feijão Antunes Rebocho

Vogal



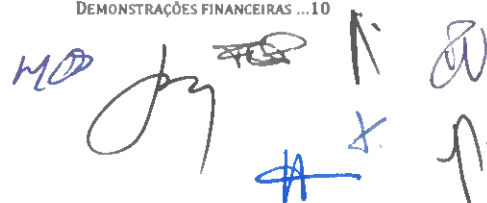
PARTE 2

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A collection of handwritten signatures in blue ink, including the name 'PEDRO' and several other illegible signatures.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

A collection of handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature, a signature with a horizontal line, and several smaller signatures.

BALANÇO em 31 de dezembro de 2024

Valores em Euros	Notas	31/12/2024
ATIVO		
Ativo corrente		
Estado e outros Entes Públicos	4	976,03
Créditos a receber	5	16 388,89
Caixa e depósitos bancários	6	10 076 515,97
		10 093 880,89
Total do ativo		10 093 880,89
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Fundos	7	10 000 000,00
		10 000 000,00
Resultado líquido do período		92 276,89
Total dos fundos patrimoniais		10 092 276,89
Passivo		
Passivo corrente		
Outros passivos correntes	8	1 604,00
		1 604,00
Total do passivo		1 604,00
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		10 093 880,89

As notas seguintes são parte integrante das presentes demonstrações financeiras

Lisboa, 3 de abril de 2025



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ...11



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período compreendido entre 29 de maio e 31 de dezembro de 2024

Valores em Euros	Notas	2024
RENDIMENTOS E GASTOS		
Fornecimentos e serviços externos	9	(1 604,00)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(1 604,00)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1 604,00)
Juros e rendimentos similares obtidos	10	118 410,19
Resultados antes de impostos		116 806,19
Imposto sobre o rendimento do período	11	(24 529,30)
Resultado líquido do período		92 276,89

As notas seguintes são parte integrante das presentes demonstrações financeiras

Lisboa, 3 de abril de 2025

Paulo L. S.

Algo

Jan

Pereira

ma

20

20

+

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2024

Valores em Euros	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores		
		Fundos	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO EM 29 DE MAIO DE 2024	1	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3		92 276,89	92 276,89
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3		92 276,89	92 276,89
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO				
Dotação inicial	5	7	10 000 000,00	-
			10 000 000,00	10 000 000,00
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	6=1+2+3+4	10 000 000,00	92 276,89	10 092 276,89

As notas seguintes são parte integrante das presentes demonstrações financeiras

Lisboa, 3 de abril de 2025

Paulo Col

Alvaro

João

Pereira

MB
RW

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período compreendido entre 29 de maio e 31 de dezembro de 2024

Valores em euros	Notas	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	4	(25.505,33)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(25.505,33)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	10	102.021,30
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		102.021,30
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Realizações de fundos	7	10.000.000,00
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		10.000.000,00
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1+2+3)		10.076.515,97
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	6	10.076.515,97

As notas seguintes são parte integrante das presentes demonstrações financeiras

Lisboa, 3 de abril de 2025



















ÍNDICE DAS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.	IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	16
2.	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	16
2.1	BASES DE PREPARAÇÃO	16
3.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	17
3.1	BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
3.2	OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES	18
3.3	PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS.....	19
3.3.1	PROVISÕES.....	20
3.3.2	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	20
4.	PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO	20
5.	PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZAS DAS ESTIMATIVAS	20
6.	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	20
7.	CRÉDITOS A RECEBER.....	21
8.	CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	21
9.	FUNDO.....	12
10.	OUTROS PASSIVOS CORRENTES.....	12
11.	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	22
12.	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	223
13.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	22
14.	SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	22
15.	ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	22

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Nas presentes Notas, todos os montantes são apresentados em euros, salvo se indicado o contrário.)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação: Fundação Semapa – Pedro Queiroz Pereira
Sede Social: Av. Fontes Pereira de Melo, 14 – 10º piso, Lisboa
Fundos: Euros 10 000 000,00
N.I.P.C.: 518 190 897

A Fundação Semapa – Pedro Queiroz Pereira ("Fundação") é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, foi constituída por escritura pública celebrada no dia 29 de maio de 2024, com uma dotação inicial de Euros 10.000.000 integralmente realizados pela sua instituidora única, a Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., tendo obtido o Reconhecimento da Secretaria de Estado da Presidência do Conselho de Ministros em 28 de Novembro de 2024. Este Reconhecimento veio conferir-lhe personalidade jurídica e bem assim permitir a prossecução da sua atividade e concretização dos seus Fins e Missão.

Na prossecução dos seus fins, a Fundação atende em especial:

- À promoção, desenvolvimento e apoio a iniciativas de solidariedade de natureza, caráter e interesse social, tendo em vista o desenvolvimento geral da fundação, podendo ser prosseguidas, nomeadamente, através da cooperação, da assistência, beneficência e bem-estar, da educação, da saúde, do ambiente, da ciência, da formação profissional, da tecnologia, da cultura e do desporto.

A Fundação pode desenvolver as suas atividades tanto em Portugal como no estrangeiro, devendo, neste último caso, dar especial atenção aos países onde o Grupo Semapa tenha presença.

A Fundação pode, por si ou em colaboração com entidades nacionais, comunitárias ou internacionais, conceder apoios, prémios, bolsas, subsídios ou outros a pessoas ou instituições.

A Fundação pode constituir ou participar no capital de sociedades comerciais e, bem assim, noutras entidades, que sejam instrumento útil para a prossecução do objeto e fins da Fundação ou para a otimização da gestão do seu património.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASES DE PREPARAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 3 de abril de 2025.

Os responsáveis da Fundação, isto é, os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Fundação.

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas de acordo com as normas que compõem o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (SNC-ESNL), o qual que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas a Norma Contabilística de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), o código de contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo (CC-ESNL) e os modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do sector não lucrativo.

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada: (i) as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI); (ii) as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e (iii) as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e as respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo são expressas em Euro e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2024.

COMPARABILIDADE

Em virtude da data de instituição da Fundação, as políticas contabilísticas, os critérios de mensuração e as demonstrações financeiras, do período compreendido entre 29 de maio de 2024 e 31 de dezembro de 2024, não têm comparativos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

MOD

428

A.

J3

J. W.
A. P.

3.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registros contabilísticos da Fundação.

A preparação das demonstrações financeiras exige a utilização de estimativas e julgamentos relevantes na aplicação das políticas contabilísticas. As principais asserções que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou os pressupostos e estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 3.3.

3.2 OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os saldos a pagar e/ou a receber destas entidades, relativos a impostos, contribuições e taxas são mensurados pela quantia que se espera que seja recuperada/paga de/às autoridades fiscais e outras, utilizando-se as leis em vigor à data do balanço (Nota 4).

CRÉDITOS A RECEBER CORRENTES

Os Créditos a receber correntes são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, e subsequentemente de acordo com o custo amortizado, sendo apresentadas no balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas (Nota 5).

As perdas por imparidade são registradas quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber e são registradas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, em período posterior.

CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor (Nota 6).

VALORES A PAGAR CORRENTES

Os saldos de fornecedores e outros valores a pagar correntes são inicialmente registrados ao justo valor sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado (quando o valor temporal do dinheiro seja materialmente relevante), de acordo com a taxa de juro efetiva (Nota 8).

RENDIMENTOS DE FINANCIAMENTOS

Os gastos e rendimentos são registrados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. Os principais rendimentos do período respeitam a juros (Nota 10).

RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

RÉDITOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tendo em consideração a quantia eventual de qualquer desconto comercial e de quantidades concedidos pela Fundação.

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados, com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço e pelo justo valor do montante recebido ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos.

ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados nas Notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais (Nota 13).

3.3 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou recentes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o

grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício são apresentadas a seguir:

3.3.1 PROVISÕES

A Fundação analisa de forma periódica eventuais obrigações que ressaltem de eventos passados e que devem ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos que por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.3.2 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Fundação encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Fundação durante um período de quatro, cinco, seis ou doze anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças de interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

4. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Fundação situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Fundação.

5. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZAS DAS ESTIMATIVAS

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

6. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

No período findo em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de Estado e outros entes públicos decompõe-se como segue:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ...20

Valores em euros	31/12/2024
Ativo	
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	
Retenção de imposto sobre rendimento	25 505,33
Estimativa de imposto sobre o rendimento (Nota 11)	(24 529,30)
Total	976,03

7. CRÉDITOS A RECEBER

No período findo em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de Créditos a receber decompõe-se como segue:

Valores em euros	31/12/2024
Devedores por acréscimos de rendimentos	
Juros a receber	16 388,89
Total	16 388,89

8. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

No período findo em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de Caixa e depósitos bancários decompõe-se como segue:

Valores em euros	31/12/2024
Depósitos à ordem	76 515,97
Depósitos a prazo	10 000 000,00
Total	10 076 515,97

9. FUNDOS

No decorrer do ano de 2024, a Semapa, enquanto única instituidora, efetuou a dotação inicial da Fundação no montante total de Euros 10 000 000.

10. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de Outros Passivos Correntes decompõe-se como segue:

Valores em euros	31/12/2024
Acréscimos de gastos	
Consultoria para área social	1 604,00
Total	1 604,00

11. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de Outros Passivos Correntes decompõe-se como segue:

Valores em euros	2024
Outros serviços especializados - Consultoria para área social	1 604,00
Total	1 604,00

12. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de Outros Passivos Correntes decompõe-se como segue:

Valores em euros	2024
Juros obtidos de depósitos bancários	118 410,19
Total	118 410,19

13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de Imposto sobre o rendimento decompõe-se como segue:

Valores em euros	2024
Resultado antes de impostos	116 806,19
Imposto esperado à taxa nominal (21%)	24 529,30
Taxa efetiva de imposto	21,00%

14. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Durante o ano de 2024, a Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão efetuou a dotação inicial da Fundação, no montante total de Euros 10 000 000 (Nota 7).

A Semapa é parte relacionada da Fundação em virtude de os membros do Conselho de Administração da Fundação serem designados pelo Conselho de Administração da Semapa.

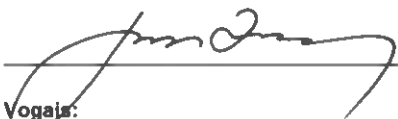
15. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Entre 1 de janeiro de 2025 e 3 de abril de 2025, não ocorreram eventos passíveis de originar ajustamentos às presentes demonstrações financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

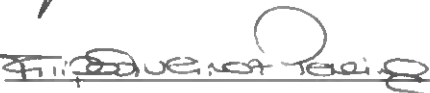
JOSE ANTONIO DO PRADO FAY


Vogais:

RICARDO MIGUEL DOS SANTOS PACHECO PIRES



FILIPA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA



MAFALDA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA



LUA MONICA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA



MARIA ISABEL DA SILVA MARQUES ABRANCHES VIEGAS



MARGARIDA ISABEL FEIJÃO ANTUNES REBOCHO



CONTABILISTA CERTIFICADO

PAULO JORGE MORAIS COSTA



PARTE 3

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL
ÚNICO



KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 – Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 – 15º
1069-006 Lisboa – Portugal
+351 210 110 000 – www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Semapa – Pedro Queiroz Pereira** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 10.093.880,89 euros e um total de fundos patrimoniais de 10.092.276,89 euros, incluindo um resultado líquido de 92.276,89 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período compreendido entre 29 de maio e 31 de dezembro de 2024, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Fundação Semapa – Pedro Queiroz Pereira** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período compreendido entre 29 de maio e 31 de dezembro de 2024 de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota 2.1 das demonstrações financeiras que refere que a Entidade iniciou a sua atividade em 29 de maio de 2024, sendo este o primeiro conjunto de demonstrações financeiras e, como tal, não incluem informação comparativa. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

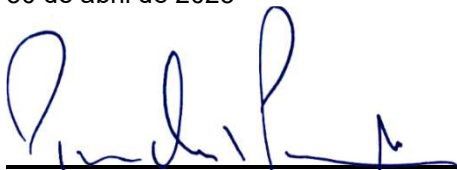
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais e estatutários aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

30 de abril de 2025



KPMG & Associados -

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)

representada por

Paulo Alexandre Martins Quintas Paixão

(ROC n.º 1427 e registado na CMVM com o n.º 20161037)



KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 – Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 – 15º
1069-006 Lisboa – Portugal
+351 210 110 000 – www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Conselho de Administração da
Fundação Semapa – Pedro Queiroz Pereira (a “Entidade”)

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da Entidade, apresentar o relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao ano findo em 31 de dezembro de 2024.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da atividade da Entidade e da gestão do negócio desenvolvida no exercício.

Procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do ano findo em 31 de dezembro de 2024, efetuando as análises julgadas convenientes. Comprovámos a adequação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adotados. Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Entidade.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras, apresentadas que compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente anexo.

Procedemos ainda à emissão da respetiva Certificação Legal das Contas, **sem reservas, com ênfase e sem outras matérias**, decorrente do exame realizado.

No âmbito das nossas funções e tendo por base a documentação e os esclarecimentos obtidos concluímos que:

- a) As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da posição financeira, do desempenho financeiro e fluxos de caixa da Entidade;
- b) As políticas contabilísticas adotadas e as divulgações efetuadas são adequadas;
e,
- c) O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Entidade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.



Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que sejam aprovados:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2024;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

30 de abril de 2025

O FISCAL ÚNICO

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Paulo Alexandre Martins Quintas Paixão', written over a horizontal line.

KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)
representada por
Paulo Alexandre Martins Quintas Paixão
(ROC n.º 1427 e registado na CMVM com o n.º 20161037)

